



Renan vê desafios após 1º semestre produtivo

Ao comentar a quantidade de projetos aprovados e a importância dos temas debatidos pelo Legislativo, presidente do Senado afirma que começam meses difíceis, com temas sensíveis e concentração de uma agenda muito pesada

“Não diria que será um agosto ou setembro negro, mas serão meses nebulosos”, disse o presidente do Senado, Renan Calheiros, ao fazer um balanço dos avanços conseguidos pelo Legislativo neste ano. Em pronunciamento transmitido pela TV Senado, ele disse que a independência do Parlamento é um caminho sem volta e que o Congresso vai buscar a estabilidade que o país precisa, sem silenciar diante de erros ou injustiças. **3**



João de Araújo/Agência Senado

Renan grava o pronunciamento exibido pela TV Senado comentando os avanços conquistados pelo Parlamento neste ano

1º semestre

ATIVIDADE LEGISLATIVA

115 sessões em Plenário
14 sessões do Congresso
236 propostas aprovadas

ECONOMIA

Novos métodos de gestão com **processo eletrônico**
Mudança no **plano de contratações**

Gastos com pessoal abaixo do limite estabelecido em lei

Redução dos gastos com:

- licitações
- contratos de telefonia fixa
- licenças para computador
- contratos de terceirização
- contratos de vigilância
- serviços de publicação

COMUNICAÇÃO

PORTAL DE NOTÍCIAS
3,7 milhões de visitas
(aumento de 35%)

FACEBOOK
500 mil seguidores e
310 milhões de visualizações

TV SENADO
1.200 horas de transmissão
(aumento de 18%)

TRANSPARÊNCIA

Melhor desempenho entre os órgãos do Poder Legislativo (ranking FGV)

Senado transparente

Economia com licitações chega a R\$ 14 milhões, diz diretora-geral

Contratos novos, como os de licença de software, são mais econômicos que os antigos, informa Ilana Trombka. Nova política de compras, com plano de contratações, colabora para redução de gastos. **2**



Ano 10/pep/Senado Federal

Dinheiro público tem que ser bem investido, afirma Ilana

ACONTECEU NO SENADO

Senadores aprovaram sete projetos da reforma política

O Senado encerrou o semestre aprovando sete propostas da reforma política, que seguiram para a Câmara. Entre os projetos, o que impede veículos de comunicação de contratarem empresas de pesquisas que nos 12 meses anteriores

à eleição tenham prestado serviços a partidos e a órgãos públicos.

O Senado também aprovou projeto que aumenta de três para dez anos o tempo de internação de menores infratores que cometerem crime hediondo. **4**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Plenário aprovou projeto que restringe contratação de pesquisa eleitoral

Estacionamento reserva vaga para carona solidária

O Senado reinaugura hoje um de seus estacionamentos. No espaço, 23 vagas serão reservadas para carros que forem compartilhados por, pelo menos, 3 pessoas. **2**

Senado fez três sessões temáticas no semestre

Três sessões temáticas foram realizadas pelo Senado no primeiro semestre. Os temas discutidos foram exploração do pré-sal, regulamentação do trabalho terceirizado e reforma política. As sessões, que ocorreram no Plenário, contaram com autoridades e especialistas nos assuntos. **4**

Comissão ouvirá líder de oposição na Venezuela

A Comissão de Relações Exteriores aprovou requerimento que convida o líder da oposição venezuelana Henrique Capriles para falar, em audiência pública, sobre a situação política de seu país. Capriles deve avaliar também as condições em que serão realizadas as eleições legislativas em dezembro. **2**

O **Jornal do Senado** volta a circular no dia 3 de agosto.

20 de julho

Estatuto da Igualdade Racial

Uma nova escrita para o Brasil

Há 5 anos o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Igualdade Racial para garantir oportunidades iguais entre todos os brasileiros. Esse é o caminho para um país mais igualitário, justo e democrático.

Afinal, somos todos **verde-amarelos**.



Secom/Publicidade e Marketing

SENADO FEDERAL

Senado economiza R\$ 14 milhões com licitações

Diretora-geral faz balanço do semestre e destaca ações de racionalização dos gastos, como novos contratos de software e substituição do papel nos processos administrativos, agora eletrônicos



EM ENTREVISTA À Agência Senado, a diretora-geral, Ilana Trombka, apresentou balanço do primeiro semestre. No período, o Senado economizou, só com licitações, R\$ 14 milhões. O valor reflete a diferença entre os preços de novos contratos e os anteriores, corrigidos pela inflação. Entram na conta contratos para licença de software, vigilância armada e publicações oficiais.

— Todos somos cidadãos e sabemos que o dinheiro público tem que ser bem investido.

Segundo Ilana, a orientação da Comissão Diretora é usar os recursos com mais eficiência e racionalidade. A economia, disse, veio com a adoção de mudanças na política de compras, com implementação do plano de contratações.

Neste ano, pela primeira vez, o Senado concluirá o plano de contratações no ano anterior à execução. Segundo Ilana, foram levados em consideração três aspectos: produção de termos de referência mais detalhados; descentralização



Ilana diz que economia vem da diferença entre contratos novos e antigos

das pesquisas de preço; e cooperação entre o setor de licitações e as demais unidades.

A economia, disse, não compromete a eficiência administrativa da instituição. Em 2015, já foram investidos R\$ 14 milhões, praticamente o dobro do aplicado no mesmo período do ano passado. O objetivo é investir o mesmo valor de 2014: R\$ 64 milhões.

Ilana informou que a execução orçamentária vem sendo analisada semanalmente. Ela explicou que se reúne com os diretores para rever todos os 600 contratos do Senado.

— Esse é um passo importante para uma administração

controlada — defendeu.

Outro destaque, disse, foi a implementação do processo eletrônico, em maio. Com a mudança, Ilana calcula que já foi reduzido o consumo de 950 mil folhas de papel.

Ela também citou, entre outras ações, a adoção da Carta de Compromissos, que lista 11 itens, como os compromissos com o Parlamento e com a comunidade, na revisão do planejamento estratégico; a adoção do Plano de Gestão e Logística Sustentável; e a realização do Manhã de Ideias, quando funcionários podem apresentar sugestões à diretora-geral.

Casa lança hoje projeto para incentivar carona

O estacionamento ao lado do Bloco 7 do Centro Administrativo do Senado será inaugurado hoje, às 10h. O espaço terá 23 vagas reservadas a um novo projeto, também lançado hoje, pelo diretor-adjunto de Gestão, Gustavo Ponce de Leon: o Carona Solidária.

O objetivo é colaborar com soluções de mobilidade. Servidores, terceirizados e estagiários do Senado poderão se cadastrar para compartilhar caronas, em grupos de no mínimo três pessoas. Esses carros poderão ocupar vagas reservadas para o projeto.

— A expectativa é de que a campanha sensibilize as pessoas que trabalham no Senado a se organizarem para virem em um único veículo, diminuindo o trânsito nas vias da cidade e nos estacionamentos da Casa, além de reduzir a poluição — afirmou Andrea Bakaj, coordenadora do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais.

Os interessados em participar contarão com uma ferramenta para se inscrever e localizar colegas que morem perto. Desenvolvido pelo Prodasen, o sistema estará disponível na Central de Serviços da intranet, em Transportes



23 vagas serão reservadas para carros compartilhados por, pelo menos, 3 pessoas

Comissão de Relações Exteriores ouvirá líder de oposição na Venezuela

Um dos líderes da oposição na Venezuela, o governador Henrique Capriles, do estado de Miranda, será convidado a falar sobre a situação política de seu país em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Ainda sem data marcada, a audiência foi proposta pelo presidente da comissão, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). O requerimento foi aprovado na quinta-feira.

Um dos objetivos será ouvir Capriles sobre as condições em que serão realizadas as eleições legislativas naquele país, marcadas para dezembro. Aloysio disse que

há dúvidas se essas eleições ocorrerão em “ambiente de respeito ao pluralismo e às regras democráticas”. O senador afirma que a CRE vem dando atenção às violações de direitos humanos e políticos na Venezuela. Em maio, a comissão recebeu esposas de dois opositores presos e uma deputada cassada.

“As duas missões parlamentares de senadores a Caracas, em junho, reforçaram a preocupação com a estabilidade política na Venezuela e a necessidade de fomentar o diálogo”, diz Aloysio. A audiência com Capriles, na avaliação dele, poderá ajudar a aprofundar o diálogo.

Vanessa critica emendas de restrição a incentivo fiscal

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) criticou, na sexta-feira, emendas à MP 675/2015



Edilson Rodrigues/Agência Senado

que restringem o incentivo fiscal concedido a fabricantes de essências feitas a partir de produtos da Amazônia, como o guaraná, utilizadas em bebidas. A senadora qualificou as emendas de “jabutis”, pois não têm relação com o objetivo original da MP, que eleva a alíquota da CSSL para bancos.

Para Amorim, governo tem sido incapaz de lidar com a crise

Na sexta-feira, Eduardo Amorim (PSC-SE) analisou a crise política e econômica que o Brasil vem enfrentando e que tem deixado a população cada vez mais insatisfeita.

— O país está passando por uma séria crise administrativa, econômica, fiscal e, o pior de tudo, política, ética e moral — lamentou o senador.

Segundo ele, o governo tem sido incapaz de lidar com as mazelas, seja por inércia ou incapacidade de gestão.



Waldemir Barrero/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



TER
QUA
QUI

CDH Debate na Assembleia Legislativa do Ceará

10h Audiência debate o projeto de regulamentação da terceirização (PLC 30/2015), com associações, sindicatos e centrais sindicais.

CDH Debate na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

10h Audiência pública sobre o projeto de regulamentação da terceirização (PLC 30/2015), com associações, sindicatos e centrais sindicais.

CDH Debate na Assembleia Legislativa da Paraíba

14h Audiência pública sobre o projeto de regulamentação da terceirização (PLC 30/2015).

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Site: www.senado.leg.br/jornal — E-mail: jornal@senado.leg.br — Twitter: @Agencia_Senado — [facebook.com/SenadoFederal](https://www.facebook.com/SenadoFederal)
Tel.: 0800 612211 — Av. N2, Unidade de Apoio 3 do Senado Federal, 70165-920, Brasília, DF

Para o presidente do Senado, que fez balanço do semestre, existe atualmente uma “explosiva combinação de recessão, inflação alta, desemprego e juros pornográficos”

Renan prevê meses difíceis para o Congresso

O CONGRESSO NÃO quer nem será agente de instabilidade. Ao contrário, quer contribuir para a tranquilidade e a estabilidade de que o país precisa. A declaração é do presidente do Senado, Renan Calheiros, em pronunciamento na TV Senado na sexta-feira.

— A disposição do Congresso é de colaboração. Esse sentimento, entretanto, não pode ser confundido com submissão ou omissão do Parlamento.

Renan afirmou que o país passa por uma crise política e econômica. O segmento político acabou contaminado pelos insucessos da economia.

— Estamos na escuridão, assistindo a um filme de terror sem fim e precisamos de uma luz indicando que o horror terá fim. O país pede isso.

Renan, que também exerce a Presidência do Congresso, disse que o Parlamento terá um semestre difícil, concentrando agendas sensíveis. Ele citou dificuldades na economia, análise de vetos, CPIs, Lei de Responsabilidade das Estatais, autoridade fiscal e apreensão com indicadores econômicos.

— Não diria que será um agosto ou setembro negro, mas serão meses nebulosos, com a concentração de uma agenda muito pesada.



Congresso vai contribuir para a estabilidade do país, garante o presidente

Para Renan, o governo federal precisa dar o exemplo para alcançar o ajuste fiscal.

— É preciso cortar ministérios, cargos comissionados, enxugar a máquina pública e superar a prática da boquinha e do apadrinhamento.

Ele afirmou que a maioria do Congresso é contrária a aprovar novos tributos ou aumentar impostos. Lembrou que a sociedade já está no limite suportável de contribuição com tarifas, inflação e juros.

Renan elogiou a atuação de Eduardo Cunha à frente da Câmara. Para ele, Cunha tem sido um bom presidente, com um bom ritmo de votações.

— Acho que a atuação dele colaborou muito para este novo momento do Congresso.

O presidente afirmou que a independência do Parlamento é um caminho sem volta. Cada vez mais as relações entre Poderes será institucional.

Em relação à recusa do PMDB de ser coadjuvante e de ir em busca do protagonismo, Renan disse que vê com felicidade a postura.

— O PMDB não pode sucumbir ao aparelhamento. Não é inteligente fazer isso.

Ele afirmou que não é defensor de soluções à margem da legalidade. O poder é conquistado nas urnas, disse.

— A legitimidade é um conceito inafastável do poder. Democracia não se confunde com vassalagem à autoridade.

O governo, disse, deve temer a sociedade, e não contrário.

— Não praticamos comportamentos políticos ambíguos, mas também não silenciamos diante de erros e injustiças. Soubemos e saberemos apontá-los quando for o caso.

Ao comentar a articulação política do governo feita pelo vice-presidente da República, Michel Temer, Renan disse que Temer tem as virtudes da paciência e da perseverança.

— Ele é um homem prudente, da conciliação, do diálogo que está sendo importante para o momento de instabilidade.

Renan reiterou que os homens públicos devem responder às demandas da Justiça.

— A diferença está na qualidade das respostas e as que me cabem. Prestarei todas as vezes que a Justiça me solicitar, à luz do dia, democraticamente no processo legal.

Ele afirmou que não há fato novo envolvendo o nome dele. Sobre a alegação de que uma terceira pessoa foi apontada como intermediário, o deputado Anibal Gomes, ele afirmou que nunca autorizou qualquer pessoa a falar em seu nome. Disse que o próprio deputado desmentiu a informação em várias oportunidades.

Veja o pronunciamento de Renan: <http://bit.ly/RenanPron>

Senado reduz gastos e amplia transparência

O presidente Renan Calheiros ressaltou que, num cenário de crise, a instituição cumpriu a obrigação de reduzir gastos, com medidas de racionalização, revisão de contratos e fim de privilégios. O objetivo é prosseguir com a economia registrada no biênio anterior (2013–2014) de R\$ 530 milhões.

Entre os cortes, estão reduções de quase R\$ 3 milhões no contrato de prestação de serviços de telefonia fixa do Alô Senado; R\$ 2 milhões em licenças de programas de computador; R\$ 1,5 milhão em contratos de terceirização; R\$ 1,5 milhão nos contratos de vigilância; e R\$ 500 mil com serviços de publicação.

A economia em processos licitatórios foi de R\$ 13,89 milhões. Em 2015, pela primeira vez, o plano de contratações foi concluído um ano antes da fase de execução.

Em relação a gastos de pessoal, o Senado segue abaixo do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, de 0,86% da receita. O índice registrado atualmente na Casa é de 0,4%.

— O Senado foi a única instituição que, na crise, cumpriu seu papel, reduzindo custos de modo a qualificar o gasto público.

Renan ressaltou que o Senado também cobra transparência de outras instituições. Entre as propostas em análise, estão as de independência formal do Banco Central, da Lei de Responsabilidade das Estatais e da Autoridade Fiscal Independente.

O Senado também investe na divulgação da atividade legislativa por meio de seus veículos de comunicação. O Portal de Notícias recebeu 3,7 milhões de visitas no primeiro semestre, um aumento de 35% em relação ao ano passado. No Facebook, o perfil do Senado atingiu 500 mil seguidores e 310 milhões de visualizações.

A TV, desde maio ao vivo no YouTube, transmitiu 1.220 horas, exibindo 115 sessões plenárias e 353 reuniões de comissões, 18% a mais que em 2014.

Presidente destaca qualidade do trabalho no semestre

Ao longo de 115 sessões, o Senado aprovou 236 proposições, entre emendas constitucionais, projetos de lei, medidas provisórias e projetos de resolução. As informações constam no balanço do primeiro semestre de 2015 das atividades da Casa, divulgado na sexta-feira pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Entre as propostas aprovadas, estão mudanças nas regras eleitorais e medidas que garantem distribuição mais equilibrada dos tributos entre União, estados e municípios.

“Mais do que quantidade é importante ressaltar a qualidade dos temas aqui abordados”,

afirma no documento.

Um dos projetos destacados é o Projeto de Lei do Senado (PLS) 430/2015, proposta apresentada pela Comissão da Reforma Política. O texto altera as regras da distribuição de cadeiras entre os partidos nas eleições proporcionais — para vereadores e deputados estaduais, federais e distritais.

Dentro da reforma política, o Senado aprovou o PLS 475/2015, sobre punições dos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, e o PLS 476/2015 — Complementar, que cria quarentena de dois anos para magistrados e pro-

motores que decidirem se candidatar a cargos eletivos.

“Igualmente relevante foi a proposta que cria as federações dos partidos. Completando esse pacote, aprovamos novas regras para as pesquisas e a realização de prévias partidárias com o anúncio de pré-candidatura eleitoral a qualquer momento”, aponta.

O inventário inclui a Lei 13.142/2015, que agrava penas para os crimes de homicídio e lesão corporal praticados contra agentes de segurança, a Lei 13.140/2015, sobre o uso da mediação para solucionar conflitos, o projeto que regulamenta direitos do empregado

doméstico e o Marco Legal da Biodiversidade.

Ele destaca o combate ao feminicídio, a correção da tabela do Imposto de Renda, a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, a convalidação dos incentivos fiscais, a mudança do indexador das dívidas estaduais e a aprovação do PLS 274/2015, que permite aposentadoria compulsória dos servidores públicos aos 75 anos.

“Muitas destas políticas públicas nasceram aqui, desfazendo o mito de que o Congresso não consegue autonomamente propor e votar políticas para o país”, avalia.

“Ajuste fiscal caminha para ser desajuste social”

O ajuste fiscal caminha “celeremente para ser um desajuste social”, alertou o presidente Renan Calheiros, ao apresentar um balanço das atividades do Senado no primeiro semestre. Na opinião dele, existe atualmente uma “explosiva combinação de recessão, inflação alta, desemprego e juros pornográficos”. Até aqui só o trabalhador pagou a conta, advertiu, e não há ainda horizonte após o ajuste.

— A realidade econômica é conhecida de todos e as

dificuldades, inegáveis. Em um sistema presidencialista, o chefe do governo pediu a autorização do Parlamento a fim de implementar medidas apontadas como imprescindíveis para fazer face à crise. Aprimorando-as, como é de sua atribuição, o Congresso forneceu essas ferramentas, mas os resultados, como alertamos, são muito modestos.

Ele disse ainda que o Congresso é composto de “homens responsáveis e patriotas” e não é um agente de instabilidade.

Segundo ele, as dificuldades enfrentadas pelo país não foram criadas no Parlamento. O que alimenta a crise política é a crise econômica. Para Renan, o Congresso tem feito a sua parte.

— Procuramos contribuir e aperfeiçoar medidas para recolocar a nação no rumo do crescimento e da distribuição de riquezas e, quando necessário, frear a sanha arrecadadora, como o fizemos na devolução de uma medida provisória juridicamente equivocada,

que teria agravado a recessão e o desemprego — lembrou.

Sobre o protagonismo do Congresso, Renan disse não se tratar de fato atrelado às circunstâncias, mas um processo que vem evoluindo há algum tempo, “com o resgate das prerrogativas dos parlamentares e a independência dos Poderes”. Para ele, o Parlamento não se aproveita de nenhuma circunstância para se afirmar, mas se ampara em suas prerrogativas constitucionais de fiscalizar e legislar.

Sessões temáticas debateram temas urgentes para o país

Reforma política, mudanças nas regras de exploração do pré-sal e regulamentação do trabalho terceirizado foram temas discutidos em Plenário por senadores e especialistas no primeiro semestre

O SENADO REALIZOU três sessões temáticas no primeiro semestre de 2015 para discutir projetos de interesse da população que tramitam no Congresso, como a exploração do pré-sal, a regulamentação do trabalho terceirizado e a reforma política.

Em 24 de fevereiro, as mudanças na legislação eleitoral foram discutidas em Plenário. O presidente do Senado, Renan Calheiros, ressaltou a necessidade de realização da reforma política, “que se arrasta no Congresso há 12 anos e é essencial para tornar o sistema político, eleitoral e partidário moderno, funcional, eficiente e transparente”.

Renan defendeu o fim do sistema proporcional, por considerar que “o voto transferível é uma deformação que estimula legendas de aluguel”. Ele disse também que o financiamento exclusivamente público é inviável, em razão do grande número de candidatos. A sugestão é estabelecer um teto de gastos e limitar o valor de doação às campanhas.

O ministro do Superior Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes disse que a reforma política é urgente e deve ter o Congresso como protagonista, e não o Judiciário. Ele lembrou que a Corte é chamada a opinar sobre diversos aspectos das regras eleitorais, mas as mudanças devem ser promovidas pelo Legislativo.

O diretor-executivo da ONG Transparência Brasil, Cláudio Abramo, disse considerar que “a mãe de todas as reformas políticas” deve ser a limitação



Pimeira sessão temática do ano debateu propostas para a reforma política

da influência do poder político na nomeação para cargos públicos. Para ele, a liberdade que hoje chefes de Executivos e de líderes políticos têm para indicar pessoas para cargos públicos permite a cooptação dos partidos e a convivência com a má gestão e a corrupção.

A segunda sessão temática, em 19 de maio, discutiu o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015, que regulamenta a terceirização. Participaram representantes do Executivo e do Ministério Público do Trabalho, das entidades patronais e dos sindicatos dos trabalhadores, economistas e outros especialistas. Renan Calheiros defendeu a regulamentação dos direitos dos trabalhadores terceirizados, mas com limites para que não se torne “uma espécie de vale-tudo”.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, observou que a terceirização já existe há mais de 30 anos no Brasil. Na avaliação dele, o que se discute hoje é a regulamentação de algo que

está sem regulamento e que não pode funcionar de forma desordenada. Já a secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Maria das Graças Costa, disse que não cabe uma lei que venha a precarizar todo o mercado de trabalho.

Em 30 de junho, foi a vez da exploração do pré-sal. O debate teve origem no Projeto de Lei do Senado (PLS) 131/2015, com o qual José Serra (PSDB-SP) deseja fazer duas mudanças na lei em vigor desde 2010: revogar a participação obrigatória da Petrobras no modelo de exploração de partilha de produção e eliminar a condicionante de participação mínima da estatal de pelo menos 30% da exploração e produção do pré-sal em cada licitação.

A sessão contou com a participação de representantes do Ministério de Minas e Energia, Petrobras, professores universitários, consultores e trabalhadores. Para Renan, deve-se buscar solução que garanta o uso adequado dos recursos sem problemas futuros.

Paim discutirá fator previdenciário nos estados até setembro

Paulo Paim (PT-RS) disse na quinta que, a partir desta semana, continuará os debates sobre o “famigerado” fator previdenciário em vários estados.

O senador anunciou que amanhã estará na Assembleia Legislativa do Ceará, em Fortaleza. Na sequência, passará pelas capitais do Rio Grande do Norte, Paraíba, Amazonas, Roraima, Piauí, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Amapá, Pará, Bahia, Alagoas e Sergipe. O debate temático já ocorreu em Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Flexa pede que Dilma não vete projeto sobre criação de municípios

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu, na quinta, que Dilma Rousseff não vete projeto de autoria dele que regulamenta a criação, a fusão e o desmembramento de municípios. Ele lembrou que dois projetos anteriores, do ex-senador Mozarildo Cavalcanti, foram vetados. Dilma justificou o veto sob a alegação de que a criação de municípios geraria aumento de despesa.

— Aumento de despesa ela [Dilma] faz quando tem 39 ministérios, quando tem mais de 25 mil cargos comissionados, quando levou o país à crise em que se encontra — criticou.



Waldemar Barreto/Agência Senado

Elmano Férrer cobra liberação de verba para obras no Piauí

Elmano Férrer (PTB-PI) cobrou, na quinta, a liberação de recursos do governo federal para obras no Piauí. Segundo ele, o governo do estado conseguiu realizar operações de crédito com bancos federais no valor de R\$ 2 bilhões nos últimos anos, mas apenas pouco mais da metade desse valor foi de fato entregue.

— Nós sabemos que temos uma federação “tupiniquim”, um arremedo de federação. Os estados e os municípios, que constituem o alicerce de qualquer Estado, não têm os devidos recursos para enfrentar os graves problemas.



Moreira Maniz/Agência Senado

ACONTECEU NO SENADO



Moreira Maniz/Agência Senado - 16/7/2015

Plenário votou propostas como novas regras para pesquisas eleitorais

Senado aprovou 7 projetos da reforma política

O Senado encerrou o semestre aprovando sete propostas da reforma política, que seguiram para a Câmara. Entre os projetos, o que impede veículos de comunicação de contratarem empresas de pesquisas que nos 12 meses anteriores à eleição tenham prestado serviços a partidos e a órgãos públicos.



Moreira Maniz/Agência Senado - 14/7/2015

PENA MAIS GRAVE PARA MENORES INFRATORES

Foi aprovado, na terça, o substitutivo ao PLS 333/2015, de José Serra (PSDB-SP). O texto cria regime especial de atendimento socioeducativo para menores que cometerem crime hediondo e aumenta de 3 para 10 anos o tempo máximo de internação dos menores.

REPATRIÇÃO DE RECURSOS SERÁ ANALISADA EM AGOSTO

O Plenário aprovou urgência para análise do PLS 298/2015, que permite repatriação de recursos mantidos por brasileiros no exterior e não declarados à Receita. A expectativa é arrecadar R\$ 100 bilhões. A análise será em agosto.

MP DO FUTEBOL VAI À SANÇÃO PRESIDENCIAL

O Senado aprovou, na segunda, a MP do Futebol, que refinancia dívidas fiscais dos clubes que cumprirem exigências, como gestão fiscal responsável. Também cria 2 loterias para angariar recursos para os times.

NELSON BARBOSA JUSTIFICA “PEDALADAS” FISCAIS

Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos na terça, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, apresentou como “contratos de prestação de serviços”, e não como operações de crédito, os adiantamentos feitos por bancos oficiais para programas do governo. Essa ação configuraria empréstimo dos bancos à União, o que é vedado por lei.



Pello França/Agência Senado - 14/7/2015

CPI DO HSBC VOLTA ATRÁS EM QUEBRAS DE SIGILOS

Na quinta, a CPI do HSBC reconsiderou a quebra de sigilos bancários e fiscais de sete investigados. Segundo o relator da CPI, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), não há provas de que eles tenham envolvimento nas irregularidades investigadas.

PROJETO RETOMA REGRAS DE CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS

O Plenário aprovou, na quarta, o PLS 199/2015 — Complementar, que regula a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios. O projeto segue para exame da Câmara.



Edilson Rodrigues/Agência Senado - 14/07/2015

ROMÁRIO VAI PRESIDIR INVESTIGAÇÃO DA CBF

Na terça, Romário (PSB-RJ) foi eleito presidente da CPI da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). A comissão investigará denúncias de irregularidades nas obras para a Copa de 2014. O posto de relator ficou com Romero Jucá (PMDB-RR).

CPI QUER ACESSO A DADOS DE DIRIGENTE DA MITSUBISHI

Na quinta, a CPI do Carf aprovou quebra de sigilos do presidente da Mitsubishi no Brasil, Robert Rittscher. A dívida da empresa com a Receita caiu de R\$ 266 milhões para menos de R\$ 1 milhão, após recurso no Carf.

COMISSÃO ESPECIAL DO PRÉ-SAL SERÁ CRIADA MÊS QUE VEM

A comissão especial para analisar o PLS 131/2015 será instalada em agosto. O projeto, de José Serra (PSDB-SP), desobriga a Petrobras dos 30% de participação nas operações partilhadas no pré-sal. A decisão foi tomada na quarta-feira.